



MPC/DI 6

Fl. 6
Proc.: 2936/05

Rubrica

**Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal
Gabinete do Procurador Demóstenes Albuquerque**

PROCESSO N.º 2936/05 (apenso n.º 080.002.037/02-GDF)

PARECER N.º 453/2006–DA

EMENTA: Aposentadoria voluntária por implemento de idade. Proventos proporcionais. Instrução sugere diligência preliminar. Parecer parcialmente divergente.

Versam os autos do processo em epígrafe sobre a aposentadoria voluntária por implemento de idade, com proventos proporcionais, de Maria de Souza Torres, matrícula n.º 69.258-1, no cargo de Auxiliar de Educação, Classe Única, Padrão XVIII.

2. A servidora aposentou-se em 17/05/2002, com fulcro no artigo 41, inciso III, alínea "d", e § 4º, da LODEF, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea "d" e 189, parágrafo único, da Lei n.º 8112/90 e com o artigo 40, §1º, inciso IIIb, e §8º, da CRFB, conforme ato concessório de fls. 51/52-apenso, retificado pelo ato de fls. 65/67-apenso.

3. Inicialmente, o Corpo Técnico detectou algumas impropriedades nos autos.

4. A primeira, concernente à inclusão indevida, no fundamento do ato concessório, do artigo 4º da Lei n.º 1141/96, visto que tal dispositivo trata da parcela Representação Mensal, o que não é o caso vertente, que se refere à Gratificação por Encargo em Gabinete.

5. A segunda, atinente ao valor da referida vantagem, registrada com a importância de R\$ 114,68, em vez de R\$ 104,25, considerando que, desde 1995, o valor dessa parcela, que passou a denominar-se Gratificação de Apoio Administrativo por força da Lei n.º 2911/2002, somente foi reajustado em 1%, com base na Lei n.º 3172/2003.

6. Ao final, apresentou as seguintes sugestões:

I- retificar o ato retificativo de fls. 65/67 – apenso, para excluir da fundamentação legal da concessão o artigo 4º da Lei n.º 1.141/96, haja vista que a mesma se refere a cargos que tem a parcela Representação Mensal na sua composição, o que não é o caso da Gratificação por Encargo em Gabinete;

II- elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 68 – apenso, de acordo com a Decisão Normativa n.º 02/93, para corrigir o valor da parcela referente à incorporação de 10/10 da Gratificação por Encargo em Gabinete – Auxiliar para R\$104,25, haja vista que os valores dessa Gratificação, criada



MPC/DF7

Fl. 6

Proc.: 2936/05

Rubrica

Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal
Gabinete do Procurador Demóstenes Albuquerque

pela Lei nº 3.466/76, alterada pela Lei nº 35/89, que passou a denominar-se Gratificação de Apoio Administrativo, pela Lei nº 2.911/2002, desde 1995 até a presente data, somente foram reajustados em 1%, pela Lei nº 3.172/2003, atentando para a devida correção no Sistema SIGRH; e

III- tornar sem efeito o documento substituído.

7. De fato, a Lei nº 2933, de 22 de março de 2002 concedeu um reajuste de 10% apenas aos cargos em comissão símbolo DFG e DFA e aos cargos de natureza especial - CNE, não contemplando a Gratificação por Encargo de Gabinete. Da mesma forma, o artigo 4º da Lei nº 1141/96 abrange apenas aqueles cargos comissionados.

8. Verifica-se que as medidas saneadoras proposta pela Inspeção repercutirão, em essência, na correção do valor da Gratificação por Encargo de Gabinete, R\$ 114,68, em vez de R\$ 104,25, cuja diferença é de pouca monta.

9. De outra parte, a servidora preenche os requisitos legais para a inativação em apreço, uma vez que atende aos requisitos de idade (60 anos), tendo cumprido o tempo mínimo de dez anos no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, previstos nos dispositivos normatizados no art. 40 da Carta Magna (com a redação dada pela EC 20/98).

10. Vale lembrar que, estando os demais elementos constantes dos autos em conformidade com os ditames legais que regem a matéria, não há óbice para que seja a concessão sob exame, de plano, apreciada quanto ao mérito, não obstante as impropriedades verificadas nos respectivos estipêndios. Nesse sentido, assim se pronunciou o Ministro Bento Bugarin do Tribunal de Contas da União, nos autos do Processo TCU/DC-0057-12/00-2, **in verbis**:

“Por outro lado, a única divergência que tenho em relação ao parecer é concernente ao encaminhamento sugerido para o deslinde do processo, visto que, se o mérito da concessão está de acordo com a legislação aplicável, esta deve, desde logo, ser julgada, devendo-se determinar a devida correção no abono provisório.”

11. Na mesma senda, a Decisão-TCDF nº 10085/1999, encerrando o entendimento de que poderá ser levado a termo o registro de ato concessório cujos fundamentos se apresentem juridicamente perfeitos, ainda que sua materialização, em termos financeiros, possa merecer algum reparo a ser promovido posteriormente de acordo com recomendação emanada deste Tribunal.



MPC/DI8

Fl. 6
Proc.: 2936/05

Rubrica

**Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal
Gabinete do Procurador Demóstenes Albuquerque**

12. Calha acentuar que a Emenda 45, promulgada em 08/12/2004, acrescentou, como direito fundamental, o inciso LXXVIII ao artigo 5º da Carta Política, assegurando a todos, no âmbito judicial e administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação, o que se coaduna com o posicionamento ora adotado.

13. Assim, opina este **Parquet** por que seja considerada legal a concessão em apreço, sem prejuízo de que a Jurisdicionada, posteriormente, proceda às medidas alvitadas no parágrafo 6º supra, o que deverá ser objeto de verificação em futura auditoria.

É o parecer.

Brasília, 9 de maio de 2006.

Demóstenes Tres Albuquerque
Procurador do Ministério Público de Contas do DF